

# PUC

WWW.APROPUCSP.ORG.BR  
PUBLICAÇÃO ACADÊMICA E INFORMATIVA  
TRIMESTRAL DOS PROFESSORES DA PUC-SP

# viva

ANO 7 - Nº 28 - OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2006

# REVISTA



# O NEGRÃO NO BRASIL

# EDITORIAL

---

A escolha do tema da opressão racial se deu no contexto do debate suscitado pela votação do projeto de Estatuto da Igualdade Racial. Em clima eleitoral, pareceu que, finalmente, seria aprovado pela Câmara Federal. O projeto contava formalmente com o aval do presidente do Senado, Renan Calheiros, e já havia passado nesta Casa. Mas, no momento da decisão final, foi atacado por uma intensa campanha dos meios de comunicação, apoiada por acadêmicos, artistas e juristas. Um manifesto contrário à aprovação do Estatuto foi entregue ao Congresso.

De nada adiantou a manifestação do movimento favorável ao Estatuto, que também entregou um manifesto aos parlamentares. A saída diplomática foi adiar, sem data, a votação.

Verificou-se a montagem de um jogo de cena do lado do governo e do Congresso. E também muita ilusão por parte daqueles que promoveram o Estatuto da Igualdade Racial. Mas, independentemente do seu teor e das ilusões que se despertaram na possibilidade de o Estado dar um passo institucional para paulatinamente reduzir a discriminação racial, o problema continua de pé.

O que queremos com a discussão sobre a discriminação racial? Queremos apenas diminuir e amenizá-la? Ou queremos erradicar toda forma de discriminação?

Entendemos que estas indagações são de fundo. Muito se discutiu em torno de questões como se há ou não raças, se há ou não uma dívida histórica do país com os afrodescendentes, se cabe ou não mover "ações afirmativas" em favor dos negros (e índios), se ainda prevalecem ou não as teorias raciais do século XIX etc. Mas evitaram colocar as perguntas acima.

Nesta revista, os artigos demonstraram preocupação em revelar as raízes da desigualdade e dos preconceitos raciais? Procuraram se colocar pela extinção de toda forma de opressão? Cabe aos leitores observarem, caso achem pertinentes e necessárias tais questões.

O Estado brasileiro se declara multi-racial e tem como crime a discriminação racial. No entanto, persiste a opressão racial. Não faltam disfarces para acobertar discriminações em situações como, por exemplo, na seleção do trabalhador, na distribuição do tipo de trabalho, na diferenciação salarial, no atendimento médico-hospitalar, na escola, nos tribunais, no atendimento em geral etc. Verificamos que, quanto mais pobres são os negros - que é a grande maioria -, mais acentuada, aberta e violenta é a discriminação. Está aí por que não devemos limitar as reivindicações aos interesses de uma pequena camada de classe média de afrodescendentes, que vem se formando nas últimas décadas.

O mar de discriminação nasce e se encontra nas relações de propriedade e de trabalho. E não tem como ser esvaziado com a canequinha das políticas governamentais.

Ao contrário, coloca-se a necessidade de se eliminar toda discriminação. Não é possível desvincular a situação da população negra da classe social a que pertence e muito menos separá-la da outra metade da população branca explorada e pobre. Não se pode ignorar que os antigos escravos negros constituíram a base de formação da classe operária no Brasil. Por isso, faz parte dela a maioria dos afrodescendentes, que suportam também a opressão racial.

É impossível abolir a discriminação no capitalismo. Trata-se de uma luta histórica contra a opressão racial, que não se limita ao Brasil. Ela se manifesta inclusive na África negra. Ampliamos a visão para termos consciência do significado da luta histórica contra a opressão racial. Esperamos que este número da Revista PUCviva contribua para ampliar a consciência e para avançar o movimento social contra toda forma de opressão.

Erson Martins de Oliveira

# EXPEDIENTE

A revista PUCviva é uma publicação acadêmica e informativa trimestral dos professores da PUC-SP, editada pela Apropuc, com tiragem de 2 mil exemplares.

## DIRETORIA DA APROPUC

PRESIDENTE: Priscilla Cornalbas

VICE-PRESIDENTE: Sandra Gagliardi Sanchez

1º SECRETÁRIO: Erson Martins de Oliveira

2º SECRETÁRIO: Maria Beatriz Costa Abramides

1º TESOUREIRO: Victória Claire Weischardt

2ª TESOUREIRA: Carlos Alberto Shimote Martins

SUPLENTEs: Graciela Deri de Codina; Hamilton Octavio de Souza; Ivan Rodrigues Martin

CONSELHO EDITORIAL: Erson Martins de Oliveira; Hamilton Octavio de Souza; Priscilla Cornalbas

EDITOR GERAL

Erson Martins de Oliveira

## EQUIPE DA REVISTA

EDITOR: Ricardo Melani (MTPS 26.740)

PREPARAÇÃO E REVISÃO: Gabriel Kolyniak

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: MAURO TELES

CAPA (A PARTIR DE XILOGRAVURA DE LASAR SEGALL) E ILUSTRAÇÕES: RICARDO MELANI

APROPUC-SP - Rua Bartira, 407 - Perdizes - CEP 05009-000

Fones: 3872-2685, 3865-4914, 3670-8209 [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br) • [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

## Normas de Publicação

A revista PUCviva divulga artigos, resenhas e trabalhos de interesse científico e acadêmico que estejam dentro da linha editorial da revista e na pauta da edição.

O Conselho Editorial se reserva o direito de não publicar as propostas de publicação, caso estejam fora das orientações editoriais desse periódico.

Os textos devem ser inéditos e as colaborações devem ser enviadas com a seguinte formatação:

- a) Artigos – 11 laudas ou 14 mil caracteres;
- b) Resenhas – 5 laudas ou 7 mil caracteres;
- c) Os textos devem ser entregues em cópia em disquete e cópia impressa em papel;
- d) As propostas de publicação devem seguir as normas da ABNT.

# ÍNDICE

4

POR QUE FESTEJAR ZUMBI,  
SE SÃO TANTOS ZUMBIS POR AQUI?  
**EMANOEL ARAÚJO**

6

TEMPOS E HISTÓRIAS SILENCIADOS  
**MARIA ANTONIETA ANTONACCI**

12

NEGRO NO BRASIL  
**HEBER FAGUNDES**

21

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL:  
COMO ENFRENTAR A DISCRIMINAÇÃO?  
**ERSON MARTINS DE OLIVEIRA**

26

TESTEMUNHOS DE POÉTICAS NEGRAS:  
DE CHOCOLAT E A COMPANHIA NEGRA DE REVISTAS NO RIO DE JANEIRO  
**NIRLENE NEPOMUCENO (BEBEL)**

35

A TERRA E OS DESTERRADOS:  
O NEGRO EM MOVIMENTO  
**DAGOBERTO JOSÉ FONSECA**

43

O ORFEÃO E A INGOMA: PEDAGOGIAS NEGRAS NAS  
PRIMEIRAS DÉCADAS DO BRASIL REPUBLICANO  
**HENRY DURANTE**

53

REDUZIR PARA QUEM?  
**GIVANILDO MANOEL DA SILVA**

59

A FACE NEGRA DO RIO GRANDE DO SUL  
**ÊNIO JOSÉ DA COSTA BRITO**

71

A IMPORTÂNCIA DO MUSEU AFRO  
BRASIL NA REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA, DA ESTÉTICA E DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS BRASILEIROS  
**LUIZ CARLOS DOS SANTOS**

73

CENTRO DE ESTUDOS CULTURAIS AFRICANOS E DA DIÁSPORA  
(CECAFRO/PUC-SP)  
**MARIA ANTONIETA ANTONACCI**

76

TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS NEGRAS: AS ROTAS DE BEATRIZ  
NASCIMENTO  
**ALEX RATTS**

83

NEGRA, MULHER, POBRE E CONSAGRADA  
**DAGOBERTO JOSÉ FONSECA**

90

EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO  
ANTI-RACISTA  
**LUCIMAR ROSA DIAS**

104

A LINHA DE COR NA LITERATURA DE CHARLES CHESNUTT  
**ORISON MARDEN BANDEIRA DE MELO JÚNIOR**

112

DUBLÊ DE OGUM  
**CIDINHA DA SILVA**

117

ANEXO  
"TESES SOBRE QUESTÃO NEGRA"



## POR QUE FESTEJAR ZUMBI, SE SÃO TANTOS ZUMBIS POR AQUI?

**Emanoel Araújo**

*Artista Plástico e Curador-Chefe do Museu Afro Brasil*

Bravo! Dia 20 de Novembro é o Dia da Consciência Negra, dedicado também a Zumbi dos Palmares, que resistiu bravamente com seu povo formado de negros, índios e mamelucos na Serra da Barriga, em Alagoas, no século XVII.

Bravo! Hoje celebramos o Zumbi dos Palmares, mas celebramos o Zumbi morto pelos canhões do paulista Domingos Jorge Velho, que reduziu em cinzas o Quilombo dos Palmares, aquele reduto de vítimas da escravidão e das atrocidades dos aristocratas do açúcar do Nordeste Brasileiro.

Bravo! Dia 20 é o Dia da Consciência Negra – mas consciência de quem? Dos negros? Dos índios? Dos mulatos? Dos bran-

cos? Dos cristãos? Dos afro-descendentes? De quem?

Será esse Dia da Consciência Negra aquela forma patética e hipócrita da sociedade brasileira passar adiante a resolução dos problemas criados pelos próprios donos da terra e do poder, na sua formação social injusta e excludente?

Mas, afinal, por que festejar Zumbi e não lutar pelas cotas nas universidades, no trabalho, e acabar com o trabalho escravo vigente ainda hoje?

Zumbi? Zumbi foi Cartola, na sua genialidade musical, envolto na mais branca miséria das casas sem reboco, de tijolo aparente.

# POR QUE FESTEJAR ZUMBI...

---

Zumbi? Zumbi foi Milton Santos, o grande doutor da Sorbonne, posto de lado pela USP, Universidade de São Paulo.

Zumbi? Foram João Cândido, Luís Gama, Teodoro Sampaio, Clementina de Jesus, Pixinguinha, Carolina Maria de Jesus, o beato José Lourenço, Henrique Dias, Grande Otelo, Mãe Senhora, Dona Menininha do Gantois, Iya Olga do Alaqueto, André Rebouças, José do Patrocínio, Paulo Colina, Estevão Silva, Rafael Pinto Bandeira, Juliano Moreira, Benjamin de Oliveira, Solano Trindade, Guerreiro Ramos, Arthur Timóteo, João Timóteo, Heitor dos Prazeres, Antonio Francisco Lisboa, Cruz e Souza, Manuel Querino, Paula Brito.

Zumbi são todos os negros, índios, mulatos, brancos, cristãos e afro-descendentes das periferias do Brasil, das terras invadidas pela velha ganância que sempre dominou este país.

Zumbi são ainda os que hoje ainda lutam pela liberdade: Mestre Didi, Nenê

de Vila Matilde, Leci Brandão, Elza Soares, Zezé Mota, Ruth de Souza, Nelson Sargento, Oswaldo de Camargo, Sebastião Arcanjo, Vicentinho, Joaquim Barbosa, Mãe Filhina, Rappin Hood, Jéferson D.

Zumbi são todas as crianças, a maior parte delas negras, que usam *crack* nas ruas de São Paulo, envoltas em trapos de dar vergonha a qualquer cidadão civilizado do mundo.

Zumbi? Dia da Consciência Negra? Ora, tenham vergonha da exclusão, simbólica e concreta, que se criou e que sustenta o Brasil!

Ou será que a célebre frase proferida pelo Padre Antonio Vieira, justificando a necessidade de se destruir o Quilombo dos Palmares, permanece?

*"O Brasil tem seu corpo na América e sua alma na África... Sem Angola não há negros. E sem negros não há Pernambuco..."* ■



## TEMPOS E HISTÓRIAS SILENCIADOS

**Maria Antonieta Antonacci**

*Profª. da PUC-SP e Coordenadora do CECAFRO - PUC-SP*

A expansão da modernidade iluminista, com o pensamento científico e o conhecimento letrado sob a égide da formação do Estado-nação na Europa marcou profundamente o Ocidente e suas formas de olhar outros tempos, espaços, povos e culturas. As lentes de seus filtros culturais condicionaram leituras e literaturas, crenças e corpos a suas concepções de movimento, progresso, civilização e história.

Expressando este domínio nos modos de pensar e interagir socialmente, Hegel, em 1830, na publicação de sua *Filosofia da História*, considerou que a "África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar (...) nós os vemos hoje em dia como sempre foram" (Hegel, 1995: 174).

Às Áfricas ao sul do Sahara foram atribuídos caracteres a-históricos, sendo representados a região e seus povos pela ausência frente aos paradigmas eurocentristas: sem códigos de escrita, sem arte, sem cultura, sem história e pelo "não ser do escravo".

Chama atenção que, em documento produzido em 1823, por Thomas Clarkson, para apresentar à Câmara dos Comuns argumentos contrários ao tráfico negreiro, conforme interesses então emergentes entre ingleses, denunciou os "gemidos dos africanos por causa do tráfico homicida". Com base em pesquisas de relato de viagens de Mungo Park (escocês que realizou uma das primeiras viagens às Áfricas no começo do século XIX)

e do *Livro de Evidências* (publicado por ordem do Parlamento Inglês com depoimentos de muitos que estiveram em África), rechaçou notícias que vinham e continuam “sendo espalhadas em público no sentido de serem os africanos criaturas d’outra espécie e que tendo a África sido descoberta há uns poucos de centos anos, os seus habitantes não tem feito, como outros povos, progressos nenhuns em civilização”. Têm-se, assim, fortes indícios que formas de desmoralizar e desumanizar os africanos, como de barbarizar suas formas de poder, costumes e tradições eram recorrentes na Europa, na construção de senso comum em torno de primitivismo e isolamento dos povos do continente negro.

Significativamente, cento e nove anos após as imprecisões e negligências de Hegel em relação à África, em 1963, no limiar das independências de países africanos, Sir Trevor-Hoper, frente a um auditório em Londres repleto de interessados em África, denegou mais uma vez o direito à história e ao passado para os africanos, reafirmando “*não haver uma história da África subsaariana, mas tão-somente a história dos europeus no continente, porque o resto era escuridão, e a escuridão não é matéria da história.*”

Entretanto, práticas administrativas de metrópoles europeias, como a de Portugal em relação ao governo de Luanda, desde 1906, promovendo *Questionários acerca de usos e costumes gentílicos da província de Angola*, realizava inventários sobre comércio, cerimônias, crenças, vestuário, habitações, línguas, instrumentos musicais e “tradições orais em relação a sua história”<sup>1</sup>.

Recorrendo a diferentes registros textuais, imagéticos e sonoros, como narrativas, memórias e *performances* de africanos, torna-se possível contestar discursos, imaginários, práticas e ideologias dos chamados “tempos modernos”, que negaram historicidade às Áfricas negras, como culturas, formas de ser e resistir de africanos escravizados no Brasil. Concentrando atenções e desenvolvendo leituras na contra-mão de pressupostos dominantes, é possível acompanhar africanos da diáspora para além da condição de merca-



dorias traficadas e tangidas ao trabalho escravo, ainda que passados séculos. É possível rever tanto o aparente imobilismo histórico a que foram destinados, como ultrapassar imperativos nas relações de senhores *versus* escravos.

Na perspectiva do conflituoso processo de escravização de africanos no Brasil, evidenciando que transgrediram, de múltiplos modos, o “ser escravo”, o universo dos folhetos de literatura oral no Nordeste produziu, além de epopéias de lutas<sup>2</sup>, imagens que narram rebeldias à condição escrava. No mural de Lênio Braga, na rodoviária de Feira de Santana (BA), sob o latente corpo-a-corpo de letra, voz e imagem constituinte da literatura oral de folhetos, este artista gravou, em 1967, um painel de culturas populares nordestinas<sup>3</sup>.

Neste, pintou em azulejos a xilogravura de Lucas Evangelista ou Lucas de Feira, africano fugido da Fazenda Saco do Limão, na primeira metade do XIX. Como “figura controversa” – cangaceiro salteador para uns, “para outros um negro que se recusava a viver como escravo” –, juntou-se a outros fugitivos para roubar e distribuir “cabras, cabritos, galinhas”<sup>4</sup>. Morto em 1849, após delação de outro africano fugitivo, que assim obteve perdão de seus “crimes”, a experiência vivida por Lucas Evangelista e narrada, entre outros textos, no *ABC de Lucas*, retoma lutas cotidianas em torno da escravização de africanos no Novo Mundo. A imagética de seu corpo sensibiliza pelas brechas que abre ao nosso olhar, conforme a figuração deste “Dragão da Maldade” (ver figura acima).



